

Tempo, espaço e mudança entre os pescadores de Itapoã

Felipe Neves da Silva¹

Resumo

O coletivo de pescadores localizado em Itapoã, bairro situado no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, face o processo de franca urbanização da região, atualmente encontra-se encravado entre o mar e os empreendimentos imobiliários. Ao que nos consta, a ocupação da área que compreende o traçado original da antiga vila de pescadores – cuja maior parte hoje encontra-se ocupada por edifícios residenciais de luxo – data, pelo menos, de meados do século XIX. A partir dos discursos dos pescadores sobre as mudanças ocorridas na região, pensaremos em que medida a oposição epistemológica, e, conforme pretendemos demonstrar, também política, entre natureza e cultura opera de maneira decisiva no que se refere ao destino do coletivo em questão.

Palavras-chave: pescadores; mudança; natureza; cultura.

O presente trabalho será dividido da seguinte forma: Discorreremos sobre os discursos dos pescadores Marcos Antônio Pinto e João da Cruz Cardoso, os quais, neste trabalho, chamaremos, respectivamente de Tico e de Seu João, nomes pelos quais são conhecidos no local onde residem. Buscaremos, essencialmente, fazer com que o discurso do ‘observador’ (no caso o autor do presente texto) desempenhe uma certa relação com o discurso do ‘observado’ (os pescadores); Tal relação trata-se de uma relação de sentido, e caso o primeiro discurso pretenda à Ciência temos uma relação de conhecimento (CASTRO, 2002, p. 01).

Pretendemos então pensar, até que ponto essa assimetria da relação ‘observador’/‘observado’, em que o primeiro ao presumir que “os procedimentos que caracterizam a investigação são *conceitualmente* da mesma ordem que os procedimentos investigados” (CASTRO, 2002, p. 01), pondo-se assim em posição apartada da dimensão significativa local, se relaciona com processos de escala “global” que operam a partir da “tradução de lugar em espaço, de economias locais em linguagens não reformadas de economia política e da globalização e de modelos locais de natureza em dicotomias

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: felipeneves.ci@gmail.com.

natureza/cultura” (KARIM *apud* ESCOBAR, 2005, p. 15. adaptado). Para tanto tentaremos tomar as concepções ‘nativas’ por conceitos, para que ao invés de “preencher com carne e sangue o esqueleto vazio das (nossas) construções abstratas”, como pretendia Malinowski nos primórdios da antropologia, tentemos compreender o ‘nativo’ em seus próprios termos (GEERTZ, 1989). Na busca de tal empreendimento apoiar-nos-emos na categoria *outrem* extraída de Deleuze e Guattari (2004), para que a relação entre os dois referidos discursos permitam que o Eu e o Outro acedam a um ponto de vista. Para além da relação sujeito-objeto, até porque a própria noção de sujeito nada mais é que um efeito de uma relação que nos é externa, interiorizado por nós, efeito este, sobre o qual Nietzsche já nos advertia não passar de nada mais do que demasiada fé na gramática.

Ponto de partida: o discurso “nativo”

Após os perambular por alguns dias pela curva de Itapoã, lugar específico do bairro onde se localizam os barcos, estabeleci contato com meu primeiro interlocutor que casualmente pescava com amigos que possuíam barcos atracados no local. Grande parte das pessoas com as quais conversei sugeriram-me procurar um senhor conhecido como seu João de Zeca, como o primeiro informante havia me orientado. Foi o que acabei por fazer. Não foi difícil encontrar a casa. Disseram-me para que eu entrasse tão logo avistasse a casa, pois o portão sempre estaria aberto e que deveria chamá-lo, já no interior da construção, na casa que ficava no segundo pavimento. Seu João mesmo foi quem atendeu, já me mandando subir sem nem saber do que se tratava. Conforme foi explicado que eu ali estava com o objetivo de desenvolver uma pesquisa etnográfica sobre os pescadores de Itapoã, logo ele perguntou: “Qual seria exatamente o assunto?”.

Embora já possua 84 anos de vida, Seu João ainda trabalha produzindo e reparando redes de pesca todos os dias, o que fez, inclusive, enquanto conversávamos – atividade que executa a todo tempo, segundo seu filho José, mais conhecido como Guruçá (*Ocypode quadrata*) que é pescador nas horas vagas. Seu João pesca na região desde 1943, e diz que há muitas coisas que mudaram em Itapoã desde que chegou ao local com seu pai, Seu Zeca, daí João de Zeca.

Segundo o relato de seu João, a parte da orla de Vila Velha correspondente ao traçado original da antiga vila – hoje predominantemente ocupada por grandes empreendimentos imobiliários – era habitada apenas por pescadores na época em que chegou. Não havia luz, água, energia, pavimentação das ruas, nem mesmo ruas de terra batida que ligassem o povoado ao centro de Vila Velha, que já contava com alguma urbanização. O acesso se dava por estreitos caminhos (picadas) pelo meio do mato para pessoas que se deslocassem a pé. O imposto predial e territorial urbano (IPTU), segundo Seu João só começou a ser cobrado em 1972. O início da descrição do local feita por Seu João foi categórica, “isso aqui era mato puro”, disse ele antes de tudo.

Ao falar sobre a organização dos pescadores, Seu João foi irônico. Disse que a associação dos pescadores de Itapoã é fictícia, para reproduzir precisamente em que termos o velho pescador descreveu o órgão, seu João falou que antigamente havia apenas cinco donos de rede, a saber: João de Oliveira Santos, Antônio de Oliveira Santos, Benedito Gaudino, Antônio Nunes e Carlos Goggi. Nas palavras de Seu João: “havia respeito antigamente, se um punha sua rede em um local ninguém mais trabalharia ali naquele dia...“. Já hoje, nas palavras do pescador, “eles botam uma rede por dentro da outra, um cerca o peixe por dentro outro por fora”.

Curiosamente seu João afirma não haver mais muitos pescadores (de fato) no local, afirmando que há muitos “amadores”. Alegou que alguns pescadores venderam seus lotes e foram morar em outros bairros, como Terra Vermelha, Cobilândia, Divino Espírito Santo e Soteco. No entanto, parte de tais pescadores ainda continuou (e continuam) pescando em Itapoã, deslocando-se de suas casas, ou de ônibus ou de bicicleta, até a praia onde ficam os barcos. O espaço hoje ocupado pelo calçadão e pela Av. Antônio Gil Veloso era antes habitado. Segundo Seu João, havia ali barracões de pesca e residências. O calçadão foi construído em forma de passarela para preservar sob si um espaço onde os pescadores hoje guardam parte dos barcos. A faixa de barracos, porém, teve de recuar para dar espaço à avenida e ao calçadão. Conforme demonstram as fotos abaixo:



Fotografia do arquivo pessoal de João da Cruz Cardoso (Seu João), cedida exclusivamente para este trabalho.



Fotografia: Felipe Neves da Silva.

O velho pescador mostrou muitas vezes sua descrença quanto à permanência dos pescadores, que em poucos anos acredita que desaparecerão; nos fala que restará apenas o que chamou “movimento de pescaria só na praia”. Em outro ponto da conversa fala da festa de São Pedro, antes feita pelos pescadores na praia, hoje feita numa igreja. Reclama da ausência de qualquer festividade destinada a esse santo na praia e ao ser perguntado se foi à festa responde entre os dentes com um sorriso ácido: “Não fui! quando era aqui ‘em cima do trabalho’... Lá eu não vou!”. Além disso, afirma que o pescado hoje é escasso, face ao que era em seus tempos de jovem pescador. Diz: “o peroá sumiu, o chicharro também... Nós tínhamos que parar de pescar antigamente para não jogar peixe fora... peixes como baiacu e peroá, na minha época, nem se comia. Hoje são bem procurados”. Contrariado recorda que antes a fiscalização era feita pela Colônia de Pescadores e pela Capitania dos Portos apenas ao passo que hoje: “Tem uma porção de órgãos, não pode nem por uma rede na beira da praia que eles prendem... ‘até o meio ambiente’ manda aqui agora”. Por fim, e com notório pesar, fala das outras praias de Vila Velha onde havia também pescadores e

hoje não se vê nem espaço para a existência dessa atividade, diz: “Aí as coisas vão ficando difíceis e as pessoas perdem a vontade de trabalhar”.

Embora seu João pesque em Itapoã desde 1943, declara que muito antes dele já havia pessoas que ali, e da pesca, viviam. Falou vários nomes: Sarafina, Quitéria, Eugênia, Tereza, todos filhos de um tal Manuel Miranda, já mortos e com descendentes mortos. Sendo que os possíveis membros vivos dessa família, caso ainda residentes em Itapoã, corresponderiam à quarta geração da família, que talvez, segundo o pescador, sejam os primeiros habitantes do que veio a se tornar a antiga vila de pescadores. Pelo tempo de vida aproximado dos indivíduos de que nos fala seu João, a chegada dessa família data de meados do século XIX. Não conseguindo lembrar todos os nomes, resume-os em uma só palavra: “Os Miranda”. Acrescenta: “aqui há muitos descendentes desse pessoal é só você procurar que vai ver”.

Tempos depois, em outra visita à região, perguntei aos vendedores de peixe se poderia tirar algumas fotos. Amistosamente eles permitiram e, antes que eu explicasse a finalidade daquilo, já me interpelaram a respeito. Enquanto eu explicava questões sobre a pesquisa um dos homens, que, para mim, se tratava de um dos clientes, manifestou-se dizendo ter uma pessoa importante para me apresentar que poderia contribuir muito para minha pesquisa. Pediu que eu o acompanhasse. Aceitei o convite. Esse homem se tratava de Seu Argentino, morador da região, que, porém não é pescador. Ao longo do trajeto ele se apresentou. Disse que a pessoa a quem iria me apresentar se tratava do seu vizinho, Tico.

Ao lado da casa de Seu Argentino fica a casa de Tico. O segundo informante logo nos apresentou e de pronto se ausentou. Tico achou a ideia da pesquisa interessante. Disse que sua família há muito reside na região e que sua avó, Sarafina, contava-lhe muitas histórias sobre o local. Perguntei se sua avó era filha de Manuel Miranda, o que ele confirmou – e então constatei que estava conversando com um dos Miranda. Marcão disse ser filho de Maria José, neto de Dona Sarafina e bisneto de seu Manoel Miranda. Então perguntei: “Você é a quarta geração dos Miranda aqui então?” Ele riu e respondeu: “Sou a quarta, mas já estamos na sexta, por que além de filhos (no caso, uma quinta geração) já tenho sobrinhos-netos”.

Tico acabara de negociar seu terreno com uma imobiliária, adquirindo, com a negociação, quatro apartamentos. Disse que só conseguiu graças a uma briga ferrenha que travara com a prefeitura que mantinha o limite de andares para qualquer construção na área remanescente da antiga ocupação, de máximo, três pavimentos. Ele afirmou que foi difícil mobilizar a comunidade para lutar pela mudança do Plano Diretor Urbano (PDU), afirmando achar muito injusto que depois da área toda ocupada por edifícios se impeça justamente os “únicos moradores” da praia de, caso queiram vender seus imóveis, o façam em condições favoráveis. O que seria impossível com a restrição a apenas três pavimentos, face à depreciação do possível valor ajustado. Contou, inclusive, que ao ser interpelado por um morador da região sobre defender a mudança do PDU, respondeu: “Você só pode subir sua casa mais um andar, sendo que o seu primeiro é garagem, onde vai enfiar seus filhos?”.

Segundo Tico, ele e seus familiares estariam abrigados no pequeno terreno até setembro daquele ano, propriedade na qual havia na época, e ainda há hoje em dia, dois barracos, além de sua casa, totalizando 7 famílias, e cuja desocupação se daria paulatinamente. Morariam todos de aluguel, que seria pago pela imobiliária até que os apartamentos fossem entregues. Atualmente a única mudança ocorrida foi a colocação de um *outdoor* que faz propaganda do edifício que será construído, tanto as casas como os moradores permanecem na mesma situação de um ano atrás, quando tivemos essa conversa.

Este representante dos Miranda, do mesmo modo que seu João, também acredita que a presença dos pescadores no local está com os dias contados, diz: “duvido que quando não tiver mais nenhum pescador morando aqui se algum morador dos prédios vai querer ficar dando de cara com um cara limpando peixe na frente da sua casa enchendo as areias da praia de escamas de peixe e causando mal cheiro”. E completou: “ou a gente se organiza e faz um mercado e um espaço de representação no espaço destinado ao que deveria ser a associação dessa colônia², espaço que se encontra abandonado inclusive, ou essa colônia vai desaparecer de vez”.

² Muitos pescadores e moradores se referem à região como colônia de pescadores.

A figura de Tico me traz à memória o *developman*, observado por Rena Lederman, citado por Marshall Sahlins, em seu artigo *O pessimismo sentimental*. O termo diz respeito à palavra “neomelanesia”, que corresponde “ostensivamente à categoria ocidental de ‘desenvolvimento’ [*development*]” (LEDERMAN, *apud* SAHLINS: 1997, p. 59). Entretanto, reavaliada segundo as categorias nativas, no caso, dos Mendi. Muito do que aquele representante “dos Miranda” dizia denotava uma intenção que outro ator também citado por Sahlins chamou “intensificadora da cultura local” (SALISBURY, *apud* SAHLINS: 1997, p. 60).

Durante conversas que tivemos, falou-me de uma série de projetos que pretendia pôr em prática por meio de uma melhor articulação política (inclusive o pescador estava, na época, lançando sua candidatura para presidência da associação, e atualmente é presidente) entre os pescadores. Um dos projetos idealizados já possui, inclusive, nome: *O mercado do peixe*, que, nas palavras do próprio Tico, seria uma alternativa de tirar os vendedores de peixes das areias, trazê-los para o espaço atualmente em desuso que foi reservado para a construção da sede da colônia de pescadores.

Tal empreendimento seria uma forma de, nas palavras do próprio Tico, “modernizar” a atividade pesqueira de beneficiamento e de escoamento de produção que melhoraria tanto as condições de trabalho quanto o retorno financeiro da atividade de pesca e de todas as atividades vinculadas à mesma, como a coleta do sururu (*Mytella charruana*), para a população local. Ele acredita que o “progresso” – nas palavras do próprio – pegou a comunidade “desprevenida” e aponta a pauperização da população local, em virtude da incapacidade de adaptação às novas condições, como fator decisivo para a ausência do que tanto ele quanto seu João chamaram “respeito entre os pescadores”.

Cidade-mar, mar-sertão

Os índios não estavam errados ao dizer que os brancos tinham a língua dividida. Ao separar as relações de força de ordem política das relações de razões de ordem científica – mas sempre apoiando a razão sobre a força e a força sobre a razão – os modernos sempre tiveram duas cartas sob as mangas. (LATOUR, 2009, p. 43)

Propusemo-nos a pensar em que medida a oposição entre natureza e cultura opera de maneira decisiva para a mudança vivenciada pelos pescadores, tal como se deu essa mudança. Para tanto se faz necessário, ao menos a nosso ver, buscar que conceitos explicam esse mundo que mudou. Não julgamos nos ser lícito tentar discorrer sobre a pesca empregando quaisquer categorias de classificação, tais como pescadores-camponeses, pescadores-proletários, pesca industrial ou artesanal, o que violaria, via análise, o lugar ocupado pela própria pesca no universo em questão. Uma vez que o sentido e a identidade que essa prática possui só existem mediante as relações que institui como tal (DESCOLA, 2000, p. 162). Ou dito em outras palavras, se a pesca é uma relação, de trabalho ou pertencimento, por exemplo, se trata de uma problemática e de ideias (conceitos) concernentes à nossa razão e não à dos indivíduos que integram o coletivo que desempenha essa relação no tempo e no espaço. Tal realidade só acede à existência justamente a partir do momento que se relaciona de maneira simétrica com a razão dos analistas, ou seja, também travando relações de conhecimento.

Um observador desatento, ao deparar-se com expressões como “em cima do trabalho” ou “movimento de pescaria só na praia”, por parte de Seu João, e “a comunidade foi pega desprevenida”, ou “ não há mais respeito entre os pescadores” por parte de Tico, pode equivocar-se ao imaginar esse dois personagens em pólos opostos de um debate, imaginando que o primeiro apresenta um discurso saudosista em oposição ao segundo, dotado de pretensões de caráter prospectivo. Tal equivoco, que mais adiante esclareceremos, é só um exemplo das possíveis perspectivas, um tanto quanto escusadas, plasmadas por uma postura, epistemológica e também política, que aqui tentamos assinalar. Postura tal que tem expressão nos termos de uma lógica que só inclui pela exclusão (AGAMBEN, 2002, *passim*) por meio de um “revelar-ocultar” e um “ocultar-revelar” que reduz “modos de habitar o mundo a mera representação” (VELHO, 2001, p.3-5) revelando a marca de um poder soberano, que só o é, na medida que “decide sobre o estado de exceção (SCHMITT *apud* AGAMBEN, 2002, p.19). Ambos os pescadores advêm de um universo que é descrito em termos de onde (espaço) e quando (tempo) pescar, ambientado pelos interlocutores em um contexto de mudança sobre o qual a partir de agora tentaremos discorrer, cientes de que não se trata de “imaginar uma experiência mais de experimentar uma imaginação” (CASTRO, 2002, p.5).

Conforme trilhamos o caminho de tomar por conceitos as concepções dos pescadores, começamos a entender do que se trata a mudança sentida por eles. De fato, quando Seu João nos fala de “um movimento de pescaria só na praia”, nos revela como a pesca não se restringia à praia, e, como da mesma maneira que ela faz com que esses homens se levantem de suas camas e saiam para o mar, ela retorna, do mar, com eles, para dentro de suas casas. Coletar nos discursos as formas pelas quais os pescadores classificavam os espaços distinguindo artificial e analiticamente “um sistema de espaços (que) só existem em conexão com um sistema de valores, ao passo que ambos são impensáveis sem a correlação necessária com um sistema de atividades” (e que, combinados, os três situam-se em um eixo temporal)” (MELLO;VOGEL, 1985, p.67-68) só nos revelou o quanto a própria pesca é o parâmetro do tempo e do espaço para este homens. A mudança se mostrou antes de tudo como uma imposição de outras concepções de tempo e de espaço aos pescadores. A cidade para os pescadores mostrou-se como o mar mostra-se para nós que não dominamos a arte da pesca, como espaço indiviso, imprevisível que transcende nossa vontade. E como diria seu Seu João, “num balanço de mar”, a cidade veio e levou a antiga vila.

A intensificação do contato do coletivo em questão com sociedade abrangente impôs noções exógenas (FILGUEIRAS, 2008, p.80) aos pescadores na medida em que os coloca numa condição de liminaridade. O aumento do custo de vida, mediante a especulação imobiliária e própria identificação da vida dos pescadores como moralmente distante da socialidade dita civilizada são apenas alguns exemplos factíveis desse processo. A construção de uma figura de um pescador que só pode existir na medida em que arranca da pesca os próprios pescadores, é expressão justamente da lógica anteriormente citada, onde os coletivos que não são capazes de se explicarem como ciência, veem-se relegados a uma posição de tutela, na medida que não podem produzir seus “próprios fatos” desvelados de sua “própria natureza”. Nesse contexto surgem pescadores por esporte como “os amadores” de “Seu João”, ou os pescadores entusiastas de uma pesca mais “moderna” como Tico. Ambos reagem à mudança de maneira que em nada se opõe uma vez que só se diferenciam na medida em que Seu João viu a pesca empobrecer enquanto atividade ao passo que Tico viu empobrecer aqueles que insistiram nela. Por fim o que acaba por ocorrer é que na “ausência de uma forma cultural prescrita (*eidós*), não se consegue mais proporcionar como antes, nem a contemplação de uma ordem cósmica e social, nem a densidade emocional inerente a sua atualização (*ethos*)” (MELLO; VOGEL, 2004, p.376).

A partir do que foi exposto até agora julgamos que até mesmo a noção de conflito socioambiental mostra-se insuficiente, se não inadequada, para indicar o conteúdo substantivo das relações descritas nesse trabalho. A começar pelo fato da ideia de conflito obscurecer a condição dos pescadores de excluídos de uma comunidade de comunicação, no sentido de que enquanto polo subalterno da relação não dispõe da possibilidade de por via de interpelação ao polo hegemônico fundar uma normatividade nova (OLIVEIRA, 2000, p.183). Tal noção, combinada a uma caracterização (socioambiental) que explicitamente já pressupõe justamente uma oposição entre natureza e cultura não nos parece mais adequada, como exemplo de como a própria teoria social, não está livre de trabalhar em benefício da mesma lógica que faz com que a cada dia, coletivos passem a existir *quid juris* na medida que são excluídos de uma existência *quid facti*.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Revista Mana**, Rio de Janeiro: vol. 8, 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da Natureza**. SP: Hucitec/ NUPAUB-USP, 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Biblioteca Virtual Clacso, Buenos Aires: Argentina, set/ 2005. p. 133-178. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. **Entre barracões e módulos de pesca: pescaria e meio ambiente na regulação do uso de espaços públicos na Barra do Jucu**. Niterói: UFF, 2008 – Antropologia (dissertação de mestrado).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. **Gente das Areias: Sociedade, História e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2004.

_____. **Quando a Rua Vira Casa – A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

SAHLINS, Marshall David. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. (Parte I). **Revista Mana**, Rio de Janeiro: 1997.

VELHO, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Revista Mana**, Rio de Janeiro: vol. 7, 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000200005&script=sci_arttext